TRIBUNAL DE CONTAS
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

GAB. CONS. RONALDO CHADID

DECISÃO SINGULAR	:	**DSG-G.RC-5927/2013**
PROCESSO	:	**N.º TC/5832/2013**
PROTOCOLO	:	**N.º 1410507**
ÓRGÃO	:	**PREFEITURA MUNICIPAL DE BONITO**
RESPONSÁVEL	:	**PEDRO APARECIDO ROSARIO**
ASSUNTO	:	**PROCESSO LICITATÓRIO ADM**
RELATOR	:	**RONALDO CHADID**
INTERESSADO	:	**PEDRO APARECIDO ROSARIO**

PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO 18/2013. LICITAÇÃO NA MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 18/13. ATENDIMENTO ÀS DISPOSIÇÕES DA LEI N.º 8.666/93 – REGULARIDADE E LEGALIDADE.

Trata-se de contratação pública para a aquisição de materiais de limpeza, higiene, desinfecção e utensílios domésticos para o Município de Bonito.

A avença pública em exame, celebrada entre o *Município de Bonito,* e várias empresas, listadas no documento de adjudicação e homologação (peça virtual nº 15) , foi submetida a análise conclusiva pela equipe técnica desta Corte de Contas (ANC-5ICE-6601/2013; peça virtual nº 16) que, após verificar os atos procedimentais do certame às normas de licitações e contratações públicas, assim como às disposições regimentais pertinentes, manifestou-se favoravelmente à regularidade e legalidade do mencionado termo de contrato.

No mesmo sentido pronunciou-se o Ministério Público de Contas, através do *r.* parecer exarado por seu douto representante (PAR n.º 6700/2013 – peça virtual n.º 17), que, considerando o atendimento às disposições legais vigentes, opinou pela declaração de regularidade e legalidade do procedimento licitatório.

É o relatório.

Em exame atento ao que fora colacionado aos autos, e amparado pelas valiosas informações técnicas prestadas pelo núcleo de inspetoria, observo que o procedimento licitatório foi regularmente elaborado na repartição interessada, qual seja, a Prefeitura Municipal de Bonito, atendendo, dessa forma, as exigências previstas na Lei n.º 8.666/93.

No caso em tela, pois, todas as exigências legais e, sobretudo, os princípios constitucionais pertinentes à matéria foram contemplados, tendo sido a modalidade de licitação corretamente utilizada, qual seja, a do Pregão Presencial [1], por tratar-se de aquisição de bem por menor valor por item, conforme definido em edital (peça virtual nº 7).

Desta feita, manifesto-me favorável ao certame, posto que cumpridas as formalidades legais que regem o procedimento escolhido e as regras gerais contidas na Lei de Licitações e Contratos e, sobretudo, os preceitos constitucionais vigentes e os princípios orientadores da gestão pública.

Razões pelas quais, acolhendo o parecer do Ministério Público de Contas (peça virtual nº 17) DECIDO pela **regularidade** e **legalidade** da licitação na modalidade Pregão Presencial (nº 18/2013) realizada pela Prefeitura Municipal de Bonito, nos termos dos artigos 1º e 9º da Lei 10.520/2002 e as regras de licitação insertas na Lei 8633/93 e, ainda, com base nas normas internas desta Corte de Contas, em especial o inciso XV do artigo 11 e o inciso V do artigo 12, combinados com o inciso I, 2ª parte, do artigo 312, todos do Regimento Interno (Instrução Normativa 57/2006).

Após remetam-se os autos ao Cartório para as providências previstas no artigo 3º, inciso I da Orientação Técnica Interna nº 03 de 22 de setembro de 2010 desta Corte de Contas.

É a decisão.

Publique-se.

Campo Grande – MS, 10 de julho de 2013.

Ronaldo Chadid
Conselheiro Relator

RSB

[1] Lei 10.250/2002